



A REALIDADE BRASILEIRA NO ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS GLOBAIS PARA O DESENVOLVIMENTO: Uma Análise do 8º Objetivo para a Promoção do Desenvolvimento no Brasil.

João Marcelo Pereira Ribeiro Knabben¹

Wellyngton Silva de Amorim²

Camilla Gomes da Silva³

José Baltazar Osório Salgueirinho de Andrade Guerra⁴

RESUMO

O presente estudo tem como objeto de pesquisa o 8º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio e o propósito é descrever as políticas do governo brasileiro no estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento. Utilizou-se o V Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM como fonte documental e bibliografias ligadas diretamente ao objeto de estudo, como fomentador do levantamento de dados secundários. O 8º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio está dividido em cinco metas que visam compreender a cooperação para o desenvolvimento. Da análise dos dados concluiu-se que a

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Graduado em Relações Internacionais pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Eficiência Energética e Sustentabilidade (GREENS). Pesquisador do Projeto de Pesquisa LINKS 2015 – Linkages between energy, food and water consumption for Brazil in the context of climate change mitigation strategies, financiado pela CONFAP (Brasil) e RCUK (Reino Unido).

² Graduando em Relações Internacionais pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Eficiência Energética e Sustentabilidade (GREENS).

³ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Eficiência Energética e Sustentabilidade (GREENS).

⁴ Doutor em Ciência Política/Relações Internacionais. Professor e Pesquisador da Universidade do Sul de Santa Catarina. Diretor Executivo, junto da UNISUL, das redes internacionais de pesquisa: JELARE – Consórcio de Universidades Europeias e Latino-Americanas em Energias Renováveis (2009-2011) e REGSA – Consórcio de promoção da geração de energia renovável na América do Sul (2010-2014), financiadas pela União Europeia. Coordenador do projeto de pesquisa LINKS 2015 – Linkages between energy, food and water consumption for Brazil in the context of climate change mitigation strategies, financiado pela CONFAP (Brasil) e RCUK (Reino Unido). Membro dos Conselhos Científicos do World Symposium in Sustainable Development at Universities (evento paralelo à Conferência Rio+20), do World Symposium on Climate Change Adaptation (WSCCA – 2015) e do Green Campus Summit. Líder do grupo de Estudos e Pesquisas em Eficiência Energética e Sustentabilidade (GREENS).

segunda meta é a mais importante para a execução deste Objetivo do Milênio e que atualmente o Brasil vem realizando com sucesso o cumprimento de todas as metas.

Palavras chave: Objetivos do Milênio. Desenvolvimento. Cooperação

1 Introdução

O século XX terminou colocando novos e desafiadores problemas à sociedade mundial. Pela primeira vez em dois séculos, faltava ao Mundo da década de 90 um qualquer sistema ou estrutura internacional, visto que os atores deste cenário não eram claros, e o mesmo se dava quanto aos perigos que o Mundo enfrentaria no futuro (HOBSBAWN, 2011).

Dentro desta discussão, surgem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), apresentados em oito tópicos e sessenta metas a serem cumpridas no período de quinze anos pelos países, metas essas que colaboram com o desenvolvimento humano e econômico. Com a sua criação no ano 2000, os países passaram a ter até ao ano de 2015 para conseguir atender todos os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014).

Os objetivos definidos pelo Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento no ano 2000 foram: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (PNUD, 2015).

Segundo o V Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, o Brasil tem atuado positivamente dentro das esferas dos Objetivos do Milênio, buscando apoio na comunidade internacional, ações de cooperação Sul-Sul e iniciativas trilaterais que possibilitam a troca de informação, conhecimento e tecnologias, além de visar adaptações às condições locais (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014). Esse trabalho foca os seus estudos no 8º Objetivo do Desenvolvimento do Milênio e apresenta dados e gráficos ligados à evolução

brasileira dos ODM. Sendo assim, chega-se à seguinte problemática: Qual é a realidade brasileira no estabelecimento de parcerias globais para o desenvolvimento?

A necessidade de atingir melhores níveis do bem estar social mundial e o compromisso de combater a extrema pobreza e outros males da sociedade pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da ONU, levaram os autores deste trabalho a procurar informações com o objetivo de descrever as políticas do governo brasileiro, a fim de estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

1.2 METODOLOGIA

O objeto de pesquisa é o 8º Objetivo do Desenvolvimento do Milênio. A abordagem qualitativa justifica-se na decisão de não utilizar meios estatísticos na análise de dados. No entanto, o fato de não utilizar técnicas estatísticas não significa que a análise qualitativa seja uma especulação subjetiva, uma vez que, segundo Falcão Viera e Zouain (2004, p.17), esse tipo de análise tem por base conhecimentos teóricos empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade.

De modo a sustentar a base qualitativa na abordagem da pesquisa, utilizou-se a pesquisa exploratória, já que existe a pretensão dos autores de criar uma maior familiaridade com o problema, levando assim a um aprimoramento das ideias. Nesta etapa do desenvolvimento do trabalho haverá um levantamento do material para análise do tema, indagando as ideias propostas por Marconi e Lakatos (1996, p.57-66), e utilizou-se o V Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM como fonte documental e bibliografias ligadas diretamente ao objeto de estudo, como fomentador do levantamento e análise de dados.

Esta pesquisa também utilizará dados referentes ao 8º Objetivo do Desenvolvimento do Milênio das Organizações das Nações Unidas (ONU), sendo efetuada uma descrição da atual situação, bem como os impactos deste ODM no Brasil.

2. BREVE ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO

O primeiro teórico a citar o termo “desenvolvimento econômico” foi Joseph A. Schumpeter (1978, p.23), no seu livro “Teoria do Desenvolvimento Econômico”. Para

o autor, distintamente dos fatos sociais, os fatos econômicos resultam do comportamento econômico ligado aos bens. Tal campo está delimitado pelo conceito de comportamento econômico. Logo, “todos devem, ao menos em parte, agir economicamente; cada um deve ser um sujeito econômico ou depender de um deles”.

A primeira citação da ONU quanto à teoria do desenvolvimento, no artigo “*The Economic Development of Latin America*” (1950), apresenta as vantagens das técnicas de progresso nos países da periferia, a alta produtividade americana e da América Latina, o problema da escassez do dólar e sua repercussão na América Latina, e os limites da industrialização na região (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1950).

Segundo Poliana Reis Abreu (2008, p.20), após o final da segunda Guerra Mundial, passou-se a discutir a questão do desenvolvimento com maior frequência, tanto na agenda internacional quanto na Academia ou entre economistas.

O conceito de desenvolvimento permaneceu durante muito tempo associado ao crescimento econômico sem considerar as várias formas dos sistemas sociais, políticos e econômicos. “Era suposto que o aumento de riqueza poderia melhorar as condições de vida da população, embora conceptualmente, desenvolvimento e crescimento não tenham o mesmo significado, podendo inclusive ser conduzidos de forma oposta” (MENDES, 2009, p.50).

Para Dharam Ghai (1990), a ideia de desenvolvimento é sujeita a diferentes interpretações, e parte da manifestação dos interesses nacionais e internacionais, além de partilhar divergências entre a ideologia individual e institucional. Ghai apresenta três tipos de interpretações possíveis para o respectivo conceito: Desenvolvimento é muitas vezes tratado como sinônimo de crescimento econômico e, portanto, aumento da produtividade do trabalho e da industrialização. Na segunda visão, concentra-se em índices de padrões de vida como a pobreza, distribuição de renda, nutrição, mortalidade infantil, expectativa de vida, alfabetização, educação, acesso ao emprego, à habitação, abastecimento de água e comodidades semelhantes. Na última interpretação, o desenvolvimento é visto como uma maior compreensão dos processos econômicos, sociais e políticos, a expansão das capacidades manuais e maior controle sobre os recursos econômicos.

Gadotti (2005) observa que o conceito de “desenvolvimento” não é um conceito neutro, pois assume um contexto preciso dentro de uma ideologia de

progresso, que supõe uma concepção de história, de economia, de sociedade e do próprio ser humano. Nessa argumentação, percebeu-se que o desenvolvimento deveria ter uma conotação que ultrapassasse o aspecto econômico, incluindo o governo, além dos atores sociais e privados (MENDES, 2009).

No decorrer das discussões sobre economia, crescimento e desenvolvimento, a separação entre os dois conceitos enraizou-se principalmente no final do milênio. A ruptura do modelo de desenvolvimento voltado apenas para o crescimento econômico acontece na década de 90, quando se verifica a inclusão do termo “humano” junto à palavra desenvolvimento (ABREU, 20).

Amartya Kumar Sen (2000) traz uma nova visão, que uniu sujeito, economia e desenvolvimento, contribuindo vertiginosamente para a construção do conceito de desenvolvimento humano, bem como no IDH do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ao invés de bens primários, Sen advoga a utilização das capacitações como principal equalizador, embora não seja o único.

O modelo coloca o ser humano no centro das questões do desenvolvimento, concretizando-se no final do século XX. O cenário, preparado para uma mobilização global, mudou a partir do momento em que a comunidade internacional superou as questões ligadas à Guerra Fria e buscou, na década de 90, soluções que visassem atender as solicitações de uma nova agenda global das relações internacionais e de interesses humanitários (ALMEIDA, 2009).

Configurando uma nova expectativa de responder às exigências de caráter global da Humanidade em 1990, a ONU - como idealizadora do desenvolvimento - passa então a promover medidas a fim de prospectar os mais abrangentes e importantes objetivos, com base nos acordos pactuados nas conferências sociais. Foi assim concebida a Declaração do Milênio (KÖRBES, 2011).

No que tange à centralidade da declaração, posiciona o ser humano como o sujeito central dos processos de desenvolvimento. As pessoas devem ser os principais participantes e beneficiários de uma política do desenvolvimento. A dignidade humana é a motivação partilhada pelos Direitos Humanos⁵ e o desenvolvimento, em virtude de os seus maiores objetivos caminharem juntos (BRASIL, 2007).

⁵ Os Direitos Humanos são um conjunto indivisível e interdependente de vários direitos universais: civis, culturais, econômicos, políticos e sociais. Desde o fim da Guerra Fria, cada vez mais se dá importância aos direitos econômicos, sociais e culturais e às suas relações com o direito ao desenvolvimento (BRASIL, 2007, p.14).

A Assembleia Geral aprovou a Declaração do Milênio, da qual discorre a afirmação dos Chefes de Estado e de Governo, em que relatam a responsabilidade coletiva e o dever de respeitar e defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade a nível mundial (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000). Definiram-se no ano 2000 os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, voltados firmemente para o desenvolvimento humano, a política de desenvolvimento com liberdade e respeitando os Direitos Humanos.

Os objetivos são: a) erradicar a extrema pobreza e a fome; b) atingir o ensino básico universal; c) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; d) reduzir a mortalidade infantil; e) melhorar a saúde materna; f) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; g) garantir a sustentabilidade ambiental; h) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000).

Os Objetivos do Milênio são a demonstração dos esforços internacionais virados para a questão do desenvolvimento, apresentando as prioridades de ajuda, na tentativa de preparar a sociedade mundial para os problemas expostos pela globalização (ABREU, 2008). Esse trabalho apresenta a realidade brasileira no estabelecimento de parcerias globais para o desenvolvimento, analisando o 8º objetivo na promoção do desenvolvimento do Brasil.

3 ESTABELEECER UMA PARCERIA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO

O 8º e último objetivo do milênio visa promover uma parceria global para o desenvolvimento. As metas encontradas dentro deste objetivo são: mudanças no sistema financeiro internacional; maior atenção às necessidades dos países insulares e daqueles sem acesso ao mar; tratar globalmente a questão da dívida dos países em desenvolvimento; ampliação do acesso a medicamentos; atender a demandas dos países não desenvolvidos relativas às questões comerciais e de financiamento externo (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014).

3.1 PRIMEIRA META: AVANÇAR NO DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA COMERCIAL E FINANCEIRO ABERTO, BASEADO EM REGRAS, PREVISÍVEL E NÃO DISCRIMINATÓRIO.

A primeira meta tem como objetivo “avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2015). No âmbito do V Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, o Brasil apresenta-se como um participante ativo na Rodada de Doha⁶, bem como um participante ativo no sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), e procura aperfeiçoar as regras do sistema financeiro internacional através do G20 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014).

Apesar das dificuldades nas negociações, o Brasil revela-se o principal articulador da formação do G-20 nas negociações que dizem respeito à liberalização do comércio na Rodada de Doha da OMC (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2015; CESAR; SATO, 2012; CARVALHO, 2010). De acordo com o V Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014), até ao ano de 2014, o Brasil participou em diversas controvérsias, sendo elas: 26 casos atuando como membro mandante, 15 como membro demandado e 79 atuações como terceira parte interessada, em contenciosos sobre diferentes temas.

Como resultado de grande relevância para os países em desenvolvimento, salienta-se o contencioso do algodão contra os Estados Unidos da América, que teve início em 2002, quando o Brasil solicitou a abertura de um painel na OMC argumentando que a Lei Agrícola desvirtuava o comércio mundial de produtos agrícolas, oferecendo aos produtores de algodão norte-americanos subsídios que criavam desvantagens aos produtores de outros países (BRASIL 2014).

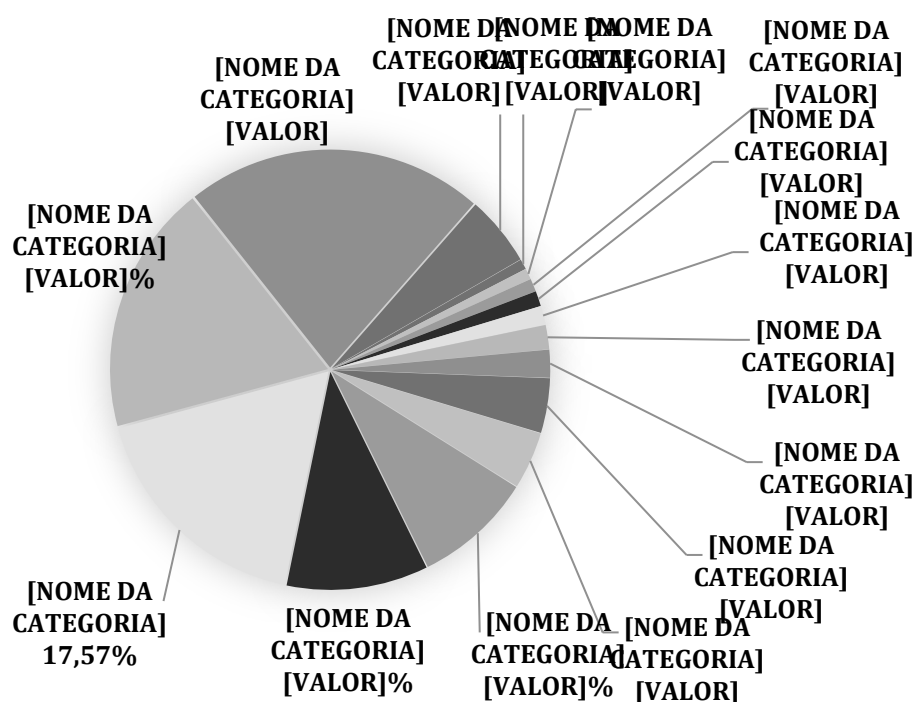
3.2 SEGUNDA META: ATENDER ÀS NECESSIDADES ESPECIAIS DOS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS.

⁶ A Rodada Doha, também conhecida como Rodada do Desenvolvimento, tem como motivação inicial a abertura de mercados agrícolas e industriais com regras que favoreçam a ampliação dos fluxos de comércio dos países em desenvolvimento (BRASIL, 2015).

A segunda meta deste objetivo tem o intuito de “atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014, p.126). O Brasil executou, entre os anos de 2010 e 2013, 5.095 iniciativas de cooperação técnica com países em desenvolvimento da América Latina, Caribe, África e Ásia. O valor do investimento teria sido em torno de U\$ 126 milhões. A cooperação Sul-Sul desenvolveu 1.185 ações em projetos nas áreas da educação e formação profissional, saúde, trabalho e emprego, biocombustíveis, pecuária, estatística e finanças, meteorologia, geografia, energia, urbanismo, administração e segurança pública, nutrição, piscicultura, desenvolvimento agrário, comunicação, cultura, desenvolvimento social, meio ambiente e agricultura (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2015).

O Brasil apresenta inúmeras atividades voltadas para a cooperação entre países de várias áreas do globo: entre elas, podemos citar a cooperação técnica no MERCOSUL, que possibilita a troca de conhecimentos entre os membros; a parceria técnica ligada ao setor do algodão na África; a integração física da América do Sul, voltada para a cooperação em infraestruturas (MERCOSUL, 2004; AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2015); o comprometimento com o CID - Cooperação Internacional Descentralizada (LOSADA, 2013); o Programa Brasileiro de Cooperação com o Leste Europeu, entre outros programas cooperantes com diversos países e regiões (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014).

Figura 01 - Iniciativa da cooperação técnica Sul-Sul do Brasil por setor de atividade (2010-2013)



Fonte: BRASIL (2014, p.127)

Só entre os anos de 2010 a 2013, a cooperação técnica no âmbito do Mercosul totalizou R\$ 200 milhões, sendo a União Europeia a principal parceira do bloco (responsável por cerca de 30% do montante) e a Espanha a segunda principal parceira. Outros parceiros de grande magnitude são os Governos do Japão, Alemanha e Itália, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e a Organização Pan-americana de Saúde (Opas) (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014).

Dentre os projetos que tangem a cooperação Sul-Sul, assume grande relevo a cooperação técnica em algodão na África. Com o ganho da causa, no contencioso do algodão contra os Estados Unidos (CESAR; SATO, 2012; CARVALHO, 2010), o Brasil “passou a destinar 10% dos recursos financeiros recebidos pelo Instituto Brasileiro do Algodão a título de reparação à execução de projetos de cooperação técnica com países da América Latina e da África subsaariana” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014, p.129). Foi possível implementar uma cooperação na área do algodão, que já vinha a desenvolver-se a partir do Projeto C4, envolvendo Benin, Burquina, Faso, Chade e Mali. A primeira etapa do Projeto

C4 ficou concluída em Dezembro de 2013, envolvendo os pesquisadores de cada país membro e provendo meios e estruturas para que o conhecimento adquirido durante o projeto fosse aplicado. Nesta mesma etapa, foi criada a estação de Sotuba, no Mali, que “na condição de polo regional de pesquisa agrícola permitirá a disseminação das pesquisas validadas em benefício da população rural” (BRASIL, 2013). A segunda etapa do projeto consiste na “execução de iniciativas semelhantes na África austral e oriental e na América Latina” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014, p.129).

Em relação à pauta de cooperação técnica bilateral com a Ásia e a Oceania, percebe-se que houve uma evolução positiva nos últimos anos. No Oriente Médio, as ações de cooperação limitaram-se a países como a Síria, Líbano, Palestina, Israel e Timor-Leste. Na Ásia, a cooperação técnica ampliou-se a partir do momento em que foram desenvolvidas ações com o Afeganistão, Cazaquistão, República Popular Democrática da Coreia, Sri Lanka, Myanmar e Tailândia. Já na Oceania, foram acordadas estratégias de cooperação técnica com Fiji e Vanuatu (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014). “Entre 2010 e 2013, as ações de cooperação concentraram-se em cinco países: Albânia, Armênia, Azerbaijão, Geórgia e Ucrânia. Na ausência de um acordo básico de cooperação com esses países, a cooperação foi estruturada por meio de ações pontuais” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014, p. 130). Tal atuação demonstra que o Brasil pretende não apenas manter relações Sul-Sul (consideradas uma prioridade da política externa do país), mas também valorizar a cooperação triangular (AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2015).

Conforme consta no V Relatório, outras ações de peso foram concretizadas, podendo-se citar exemplos de ações trilaterais que envolvem instituições brasileiras como a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica). Fundada em 16 de Outubro de 1945, a FAO tem o objetivo de atuar como um fórum neutro, onde os países possam reunir-se, negociar e debater acordos e políticas, impulsionando a criação de estratégias que envolvam os seis seguintes temas: “segurança alimentar e nutricional da alimentação escolar, o desenvolvimento agrário, meio ambiente e

agricultura familiar” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA, 2015). Já a OTCA procura, a partir de estudos e projetos pilotos, garantir uma efetiva cooperação entre os países inseridos na região amazônica (ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZONICA, 2015).

Encontram-se também projetos de cooperação trilateral realizados junto à Organização Internacional do Trabalho, focados principalmente “no combate e na eliminação do trabalho infantil e na área da segurança social” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014, p. 130). No ano de 2013, foram criados instrumentos com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). A partir das experiências brasileiras realizadas em áreas diversas (educação, ciências naturais e sociais, cultura, etc), aquela parceria visa beneficiar os países da América Latina, Caribe e África (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014).

Além de outras ações de cooperação trilateral brasileira, destaca-se a cooperação brasileira na integração física da América do Sul. A partir de trabalhos e experiências da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA), surgiu em 2009 o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Criado em Agosto de 2009, o COSIPLAN visa garantir uma maior integração da infraestrutura regional a partir de um Plano de Ação Estratégica e de uma Agenda Prioritária de Projetos. No ano de 2011, o Brasil encarregou-se da Presidência Pro Tempore do Cosiplan e contribuiu para a criação do Plano de Ação Estratégico para o horizonte 2012-2022, a Agenda de Projetos Prioritários e o Grupo de Trabalho sobre Mecanismos de Financiamento e Garantias (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014).

Ainda em 2011, o governo brasileiro e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) atuaram juntos na criação do Centro de Excelência de Combate à Fome em Brasília (DF), com o objetivo “de facilitar o treino e o desenvolvimento de capacidades para governos nacionais de países em desenvolvimento, a fim de partilhar experiências de êxito relacionadas com a alimentação escolar” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E

INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014, p. 132). Na África, o Brasil vem atuando com a FAO e o PMA em acordos bilaterais sobre alimentação escolar. No final do ano de 2012, junto à FAO, foi aprovado o projeto regional que garante ações de fortalecimento na Etiópia, Malawi e em São Tomé e Príncipe, promovendo programas de alimentação escolar (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014).

Entre os anos de 2010 e 2013, foi criada uma parceria relativa à segurança pública na Guiné-Bissau, um projeto da iniciativa do governo brasileiro junto do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Ressalta-se o projeto criado a partir da parceria entre o Brasil e a Unesco com organizações não governamentais brasileiras. O projeto ligado à área de educação integral teve a sua execução entre os anos de 2011 e 2013 na Guiné-Bissau (AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2015).

Ainda no continente africano, cita-se o programa PAA África (*Purchase from Africans for Africa*), cujo objetivo é promover “compras locais de alimentos para assistência alimentar, por meio de projetos conjuntamente concebidos e executados com o engajamento da sociedade civil, dos governos e das Nações Unidas (FAO e PMA)”, na Etiópia, Malawi, Moçambique, Níger e Senegal (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014, p. 133). Por outro lado, em Timor-Leste foram criados dois projetos trilaterais entre o Brasil e a OIT, de 2010 a 2013. A questão social e o combate às piores formas de trabalho são as “áreas de atuação” destes projetos (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014).

A Cooperação Internacional Descentralizada (CID) constitui um outro comprometimento do Brasil, buscando fomentar a cooperação internacional e atender aos interesses dos estados, municípios e Distrito Federal, a partir da captação de recursos, troca de ideias e experiências, etc (LOSADA, 2013). Neste sentido, no ano de 2012, foi criado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores e pela Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República o Programa de Cooperação Descentralizada Sul-Sul. Este programa “refere-se às ações internacionais empreendidas pelos governos subnacionais (municípios e estados) do

Brasil, cuja finalidade seja contribuir para a solução de desafios do desenvolvimento e fortalecimento de políticas públicas do parceiro estrangeiro, por meio do desenvolvimento das capacidades dos agentes locais” (BRASIL, 2015b).

As áreas governamental, de desenvolvimento territorial, segurança cidadã e do patrimônio histórico são os focos da CID, envolvendo ações de cooperação que já ocorrem em países como a Argentina, Uruguai e Moçambique. O apoio à qualificação e requalificação técnica e profissional no Benim é outro projeto de cooperação descentralizada que visa restaurar e conservar o patrimônio histórico e cultural de Porto Novo. As cidades de Porto Novo (Benim), Fortaleza (Brasil) e Lyon (França) participaram nesta parceria. Porém, no ano de 2013, com a retirada da França, o projeto passou a ser implementado bilateralmente (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014).

A cooperação humanitária é outra área em que o Brasil possui relevo internacional. Em 2011, a Lei nº 12.429 autorizou uma doação que se traduziu num total de 710 mil toneladas de alimentos para 37 países que estavam em situação de insegurança alimentar, beneficiando cerca de 24,7 milhões de pessoas (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014). A doação foi autorizada por intermédio do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) aos seguintes países: Bolívia, República de El Salvador, República da Guatemala, República do Haiti, República da Nicarágua, República do Zimbábue, República de Cuba, países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Autoridade Nacional Palestina, República do Sudão, República Democrática Federal da Etiópia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República Democrática Somali, República do Níger e República Democrática Popular da Coreia (BRASIL, 2011).

Na área de cooperação educacional, o Brasil dispõe de políticas públicas de cooperação internacional com países parceiros, incentivando o desenvolvimento educacional, cultural, científico e tecnológico. Os Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG) são as iniciativas educacionais mais antigas e prósperas do governo brasileiro a nível de cooperação Sul-Sul. O PEC-G “oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais” (BRASIL, 2015a). Já o PEC-PG promove a “concessão de bolsas de

doutorado visando o aumento da qualificação de professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados do ensino superior dos países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2015).

Entre os anos de 2010 e 2013, “55 países participaram do PEC-G e do PEC-PG. Os cursos com o maior número de vagas oferecidas no PEC-G foram: Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014, p. 135). Após uma década de atividade, o PEC-G selecionou mais de seis mil alunos, a maioria deles provenientes do continente africano. Em relação ao PEC-PG, na última década foram selecionados mais de 1,6 mil estudantes de pós-graduação, a maioria deles vindos da Colômbia, Peru e Moçambique. Estes programas de cooperação demonstram o interesse dos países em alcançar os objetivos de desenvolvimento, beneficiando todos os países envolvidos (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014).

Entre os anos de 2010 e 2013, foi renovado pelo Brasil o apoio à Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), com um repasse superior a US\$162 milhões. Negociou uma contribuição total de US\$ 200 milhões, referentes à 16ª e 17ª recomposições de recursos da Associação, discutidas em 2010 e 2013. Aportou US\$ 9,94 milhões ao Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) desde 2011. Oficializou o compromisso de auxiliar com mais de US\$14,75 milhões o combate à pobreza na região africana. Assinou um acordo para apoiar o Fundo Fiduciário de Cooperação Sul-Sul, administrado pelo BAD, em 2011. Contribuiu com US\$ 6 milhões, que ficaram integralmente disponíveis entre 2011 e 2013, e foram utilizados no financiamento de estudos técnicos, cooperação técnica e capacitação em áreas como agricultura, energia, meio ambiente e desenvolvimento social (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014).

Outro acontecimento relevante foi a aplicação de US\$ 17,3 milhões no Fundo para Operações Especiais (FOE) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Tal contribuição foi realizada nos anos de 2012 e 2013 favorecendo o BID, que tem como objetivo garantir empréstimos subsidiados aos países mais pobres da

América Latina e do Caribe (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014).

Ainda relativamente ao propósito de atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos, deve-se citar o apoio brasileiro aos fundos vinculados a bancos multilaterais e regionais de desenvolvimento, componente esse que pretende contribuir com recursos em termos concessionais para os países que deles necessitam. O Brasil não está incluído na lista de países que beneficiam destes recursos concessionais (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2012).

O apoio ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem - responsável pelo financiamento de programas que promovem a convergência estrutural, o desenvolvimento da competitividade e incentivam a coesão social, fortalecimento do processo de integração e apoio ao funcionamento da estrutura institucional) deve igualmente ser ressaltado. “O Brasil é o maior contribuinte, aportando 70% dos recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul” (MERCOSUL, 2015).

A finalizar, o Brasil vem atuando em outros projetos, como no G77/China, grupo de países em desenvolvimento, estabelecido em 1964, que visa conseguir uma abertura para que os países do Sul possam articular e discutir os seus interesses econômicos, beneficiando as negociações conjuntas e promovendo uma cooperação Sul-Sul mais sólida (THE GROUP OF 77, 2015). O Brasil também apoiou a Segunda Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas na adoção da resolução Seguimento da Conferência Internacional sobre Financiamento ao Desenvolvimento, um encontro que visa enfrentar os desafios do financiamento e da redução da pobreza (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PORTUGAL, 2002). Logo, tal resolução “convoca a realização de uma terceira conferência internacional sobre o tema, em 2015 ou 2016, o que contribui para realçar, na agenda internacional, a necessidade de respostas aos desafios do financiamento para o desenvolvimento” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014, p. 137).

3.3 TERCEIRA META: ATENDER ÀS NECESSIDADES ESPECIAIS DOS PAÍSES SEM ACESSO AO MAR E DOS PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO

A terceira meta do oitavo ODM, visa “atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2015). O Brasil presta cooperação técnica nas áreas de segurança alimentar, agricultura, educação, saúde pública, governança e justiça. A partir do momento em que surgem demandas apresentadas pelos canais diplomáticos oficiais, por parte dos países menos desenvolvidos (LDC), pequenos estados insulares em desenvolvimento (SIDS) e nações sem acesso ao mar, o Brasil procura observar e solucionar tais questões pela via da cooperação (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014).

Após o terremoto que atingiu o Haiti em Janeiro de 2010, o Brasil foi o primeiro país a iniciar uma cooperação financeira com US\$ 55 milhões, apoiando medidas através do Banco Mundial, de modo a que fossem disponibilizados US\$ 579 milhões em doações, cancelamento de dívidas, etc (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014).

Ainda em 2014, foi realizado o Programa Fortalecimento da Autoridade Sanitária no Haiti e o de Desenvolvimento de Capacidades em Gestão de Cooperação Sul-Sul e Trilateral. O primeiro programa tende a fortalecer o sistema de saúde e a vigilância epidemiológica no Haiti, a partir de ações que visam a construção e reparação de centros de saúde e a formação de recursos humanos na área da saúde (AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2015). O programa garantiu já a “capacitação de cerca de trezentos e quarenta agentes de saúde, a doação de trinta ambulâncias e de mais de dez milhões de doses de vacinas, e a construção de três hospitais de referência e de um instituto de reabilitação na região metropolitana de Porto Príncipe” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014, p.138).

O segundo programa citado surgiu de uma iniciativa conjunta da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), da

Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul. Tem como objetivo garantir o desenvolvimento “de capacidades de gestão das instâncias responsáveis pelo planejamento, negociação e execução da cooperação internacional nos governos de países em desenvolvimento, em especial os PMDR” (BRASIL, 2014, p. 138).

3.4 QUARTA META: TRATAR GLOBALMENTE DA DÍVIDA DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO MEDIANTE MEDIDAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE MODO A TORNAR A SUA DÍVIDA SUSTENTÁVEL A LONGO PRAZO

A quarta meta procura “tratar globalmente da dívida dos países em desenvolvimento mediante medidas nacionais e internacionais, de modo a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2015). O Brasil trabalha para que as dívidas dos países sejam renegociadas, mas depende da parceria e ação de países credores e organismos internacionais. “Foram renegociadas, entre 2010 e 2013, dívidas com sete países: Cabo Verde, Congo (Brazzaville), Gabão, São Tomé e Príncipe, Senegal, Sudão e Suriname. O valor original das dívidas totalizou US\$ 556,7 milhões, com um abatimento de US\$ 370 milhões (redução de 67% no estoque)” (BRASIL, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014, p.138).

Entretanto, conforme V Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014, p. 138) “São necessárias outras ações por parte da comunidade internacional, relacionadas à promoção da mudança do paradigma de inserção dessas economias nas cadeias globais de produção.” A cooperação e diálogo são as saídas para esses problemas.

3.5 QUINTA META: EM COOPERAÇÃO COM AS EMPRESAS FARMACÊUTICAS, PROPORCIONAR O ACESSO A MEDICAMENTOS ESSENCIAIS A PREÇOS ACESSÍVEIS NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

A quinta e última meta tem como objetivo a “cooperação com as empresas farmacêuticas, e proporcionar acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis nos países em desenvolvimento” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2015). O Brasil vem registrando diversos avanços

dentro da área de cooperação farmacêutica, principalmente na linha Sul-Sul. Conforme o V Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2014, p.140-141), apresentam-se algumas ações brasileiras na área:

Quadro 1: COOPERAÇÃO COM AS EMPRESAS FARMACÊUTICAS,

Projeto/Estratégia	Ano	Observação
Estratégia Global sobre a Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual	2008	Visa prover apoio técnico e político a países que pretendem fazer uso das flexibilidades previstas no Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual (Trips) e reafirmadas pela Declaração de Doha sobre Trips e Saúde Pública;
Central Internacional de Compra de Medicamentos (Unitaid)	2006	Criada com a participação de Brasil, França, Chile, Reino Unido e Noruega, iniciativa para viabilizar o acesso a medicamentos contra o HIV/AIDS, a malária e a tuberculose para países em desenvolvimento;
Agenda para o Desenvolvimento da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)	2004	Lançada em 2004 por Brasil e Argentina, a Agenda é patrocinada por mais 13 países que formaram o Grupo dos Amigos do Desenvolvimento, iniciativas brasileiras supracitadas, em favor de maior acesso a medicamentos;
Dez projetos com países de todo o continente africano		No tema das grandes endemias, o Brasil tem mais dez projetos com países de todo o continente africano com intuito de capacitar funcionários dos respectivos ministérios da saúde no que diz respeito à concepção, à organização e à execução de programas de combate à anemia falciforme, ao HIV e à malária.
Primeiro banco de leite humano da África	2010 a 2013	Implementou, na Cidade da Praia, Cabo Verde, do primeiro banco de leite humano da África e ações desenvolvidas para a consolidação da agência local de vigilância sanitária e de alimentos, no período de 2010 a 2013. Em São Tomé e Príncipe, fez ações de apoio aos programas de erradicação da malária e da tuberculose.
Ajuda na instalação da Sociedade Moçambicana de Medicamentos (SMM)	2007	Resultou da cooperação entre Brasil e Moçambique para medicamentos com preços justos.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (2014).

Conforme demonstra o Quadro 1, o Brasil vem implementando diversos programas com diferentes países, para reforçar a cooperação quanto à saúde. Finalizada a apresentação dos dados, far-se-á seguidamente uma breve análise dos mesmos.

4. ANÁLISE DE DADOS

Os dados apresentados, quanto à cooperação brasileira para o desenvolvimento, mostram um caminho da diplomacia do país em relação ao alinhamento cooperativo Sul-Sul a partir do governo Lula (LIMA, 2005). Entretanto, durante aquele período, este tipo de cooperação não foi exclusividade do governo brasileiro, pois realizou-se uma cooperação vertical que se mostrou crescente. Cresceu o poder de barganha do governo brasileiro com os Estados Unidos, por exemplo, paralelamente ao aumento das relações do Brasil com países em desenvolvimento (PECEQUILO, 2008). Todavia, o foco deste trabalho foram as pesquisas vocacionadas para a ajuda ao desenvolvimento, assumidas pelo Brasil na assinatura da Carta do Milênio.

Quanto à primeira meta do oitavo objetivo, “É inegável o apoio da diplomacia brasileira para a construção de uma nova dinâmica transacional, no contexto da Rodada Doha, ao articular com os membros do G-20 posição negociadora comum” (CARVALHO, 2010). Assim sendo, atualmente o país é um dos mais ativos dentro da Rodada Doha, e o governo conseguiu criar um importante efeito dentro da sociedade para o comércio exterior (CESAR; SATO, 2012).

A segunda meta apresenta a cooperação como meio para o desenvolvimento de países de baixa renda. Os resultados, apresentados dentro do V Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, mostram o Brasil como um país ativo principalmente no que respeita a esta meta. Conforme consta no relatório, a percentagem de valores monetários dos países já desenvolvidos destinada a esta meta vem-se reduzindo gradualmente. Em compensação, países em desenvolvimento, como o Brasil, Turquia e Emirados Árabes Unidos têm aumentado a sua colaboração com os menos desenvolvidos, principalmente países africanos. A maioria dos programas, apresentados no âmbito deste objetivo, estão centrados na cooperação técnica, humanitária ou educacional. O posicionamento brasileiro é defendido por diversos autores como multifacetado, já que defende o interesse dos países em desenvolvimento no sentido de ganhar força hegemônica regionalmente (LIMA, 1990; SARAIVA, 2007).

Este posicionamento pode ser encarado como uma tentativa de maior inserção política do Brasil no sistema internacional (PINO & LEITE, 2010), por exemplo a participação ativa brasileira no G-20 no período, como foi anteriormente citado neste trabalho. Outra abordagem mostra que esta inserção pode ser de caráter ideológico e contraria a última versão (OLIVEIRA et al, 2006).

Independentemente das abordagens, a cooperação Sul-Sul teria, em tese, a capacidade de criar “relações mais igualitárias e solidárias entre os países envolvidos” (ULLRICH, 2013).

Outro ponto citado na análise dos dados considera que a segunda meta é o veículo chefe, principalmente para as três últimas metas deste objetivo. Ao abordar as necessidades especiais dos países menos favorecidos, esta meta acaba por englobar todas as outras posteriormente apresentadas. Os autores inclinam-se a opinar que, dentro deste objetivo, a segunda meta é sem dúvida a mais estratégica para a promoção de todas as outras. Um dos meios para chegar a esta conclusão é a quantidade de dados disponíveis referentes a este sub-objetivo. Sublinhe-se também que, através da análise de dados, é importante a cooperação internacional para a promoção do desenvolvimento, representando esta análise uma próxima oportunidade de estudo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou apresentar a realidade brasileira do 8º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, baseado no V Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, que são os últimos dados publicados pelo governo. Os resultados são positivos e a realidade brasileira no ano de 2013/14, quanto à cooperação para o desenvolvimento, mostrou-se bastante eficiente. Os resultados destas interações são claros, em especial a partir de uma análise econômica em que ações cooperativas propiciam bons relacionamentos e prioridades no acesso a determinados mercados. Esta dinâmica fica mais nítida na breve análise dos dados apresentada neste estudo. A política externa brasileira, no período mencionado, revelou-se disposta a atender as demandas sociais dos países mais necessitados, pelo que os dados apresentados no presente artigo corroboraram esta ideia. Por fim, fixa-se uma ideia para futuros estudos visando uma análise econômica do Brasil no período analisado, essencialmente das atividades cooperativas brasileiras e dos impactos econômicos das mesmas.

AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer a Manuel José Sá-Osório de Andrade Guerra pela sua contribuição na revisão deste artigo.

Este artigo foi produzido pelo Grupo de Pesquisa em Eficiência Energética e Sustentabilidade (GREENS) da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), no âmbito do Projeto LINKS 2015 - ligações entre o consumo de energia, alimentos e água no Brasil, no contexto das estratégias de mitigação das mudanças climáticas, com o fomento do Fundo de Newton e da FAPESC - Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Sérgio; FLORÊNCIO, Lima. O Brasil e o desafio do desenvolvimento nas Nações Unidas. In: Fundação Alexandre de Gusmão. **O Brasil e a ONU**. Brasília: FUNAG, 2008 p. 111-144. Disponível em: < <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0621.pdf> > Acesso: 05 ago 2014
- ABREU, Poliana Reis. **Cooperação Técnica para o Desenvolvimento e a Política Externa Brasileira**. Belo Horizonte – Brasil. 2008. Disponível em < <https://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/poliana-reis-abreu-cooperac3a7c3a3o-tc3a9cnica-para-o-desenvolvimento-e-a-peb.pdf> > Acesso em: 05 ago 2014
- ALMEIDA, Paulo Roberto. O Brasil e as Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria. In: **Vinte Anos da Queda do Muro de Berlim: Um debate interdisciplinar /** Organizador: Rogério Santos da Costa. –Palhoça: ed. Unisul, 2009.
- AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. *Cooperação Triangular*. 2015. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/CooperacaoTriangular>. Acesso em: 20 fev 2015
- _____. *Haiti*. 2015a. Disponível em: < <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Haiti> >. Acesso em: 28 fev 2015
- BRASIL. Decreto-lei nº12.429, DE 20 DE JUNHO DE 2011. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 20 de junho de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12429.htm. Acesso em: 11 mar 2015
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Cooperação agrícola com países africanos - Inauguração de polo regional de pesquisa agrícola - Sotuba, Mali, 7 de novembro de 2013*. Disponível em: < http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3431:cooperacao-agricola-com-paises-africanos-inauguracao-de-polo-regional-de-pesquisa-agricola-sotuba-mali-7-de-novembro-de-2013&catid=42&Itemid=280&lang=pt-BR>. Acesso em: 02 jan 2015
- BRASIL. Ministério Brasileiro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Brasil e EUA assinam memorando que encerra contencioso do algodão**. 2014. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=13421>>. Acesso em: 10 janeiro 2015
- _____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Rodada de Doha. 2015. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=373>. Acesso em: 10 mar 2015.

- BRASIL. **Ministério da Educação**. PEC-G. 2015a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=530>>. Acesso em: 09 jan 2015
- BRASIL. PLANALTO. (Org.). *Programa De Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul*. 2015b. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/saf-projetos/cooperacao-sul-sul/publicacoes/diretrizes-do-programa-de-cooperacao-tecnica-descentralizada-sul-sul>>. Acesso em: 14 fev. 2015.
- CARVALHO, Maria Izabel Valladão de. *Condicionantes Internacionais e Domésticos: O Brasil e o G-20 nas Negociações Agrícolas da Rodada Doha*. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v53n2/05.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.
- CESAR, Susan Elizabeth Martins; SATO, Eiiti. *A Rodada Doha, as mudanças no regime do comércio internacional e a política comercial brasileira*. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v55n1/a10v55n1.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2015.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Ministério da Educação. *Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)*. 2015. Disponível em: <<http://capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/pec-pg>>. Acesso em: 28 fev 2015
- GHAL, Dharam. *Participatory development: some perspectives from gran-roots experiences*. 1990. Disponível em <<http://repository.uneca.org/bitstream/handle/10855/13958/Bib-55383.pdf?sequence=1>> Acessado 05 ago 2014
- GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Terra e Cultura Sustentável de Sustentabilidade*. Revista Lusófona de Educação, 2005, 6, 15-29. Disponível em <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n6/n6a02.pdf>> Acesso em 05 maio 2014
- GROUP OF 77. United Nations (Org.). *About the Group of 77*. 2015. Disponível em: <<http://www.g77.org/doc/>>. Acesso em: 10 fev 2015
- HOBSBAWN, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1944-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS. Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento. *Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento*. 2014, Brasília: Ipea. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Docs/5_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf> Acesso em: 07 out 2014
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi): O Brasil e os Fundos Multilaterais de Desenvolvimento*. Coordenação: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2012 Disponível em: <<http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/11024.pdf>> Acesso em: 20 out 2014
- KÖRBES, Laurêncio João. *Os objetivos de desenvolvimento do Milênio nos Países da América do Sul*. Universidade de Brasília – UNB. Brasília. 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1983/1/2011_LaurencioJoaoKorbes.pdf> Acesso em: 01 set 2014
- LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 48, p.24-59, 2005. Semestral.
- LOSADA. Paula Ravanelli. Secretaria de Relações Institucionais. Cooperação Internacional Descentralizada do Brasil. 2013. Disponível em: <<http://www.relacoesinstitucionais.gov.br/portal-federativo/articulacao-federativa/assessoria-internacional/eventos-e-reunioes/ii-reuniao-da-cooperacao>>

internacional-descentralizada-do-brasil-2013-brasilia-df/apresentacao_saf_-_cooperacao_internacional_descentralizada.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas S.a, 2010.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. *Dimensões da Sustentabilidade*. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009. Disponível em: <<http://www.santacruz.br/v4/download/revista-academica/13/cap5.pdf> > Acesso em: 04 maio 2014

MERCOSUL. *Cooperação Técnica No Mercosul Para A Crpm E Secretaria Do Mercosul*. 2004. Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/Normas/normas_web/Decisoes/PT/Dec_020_004_Coopera%C3%A7%C3%A3o-CRPM-SM_At%C3%A1_04.PDF >. Acesso em: 07 jan 2015

MERCOSUL. *Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)*. 2015. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/index.php/fundo-para-a-convergencia-estrutural-do-merc-sul-focem>>. Acesso em: 27 jan 2015

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel de. Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul*. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 282/2006465-504, p.465-504, 2006. Semestral.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *The economic development of Latin America and its principal problems*. 1950. Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/002.pdf> > Acesso em: 05 ago 2014

_____. *Declaração do Milênio*. Nova York. 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf > Acesso em: 08 set 2014

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTO E AGRICULTURA. *FAO BRASIL*. 2015. Disponível em: <https://www.fao.org.br/quemSomos.asp>. Acesso em: 20 jan 2015

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZONICA. *A OTCA*. 2015. Disponível em: <<http://otca.info/portal/a-otca.php?p=otca> >. Acesso em: 05 jan 2015

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 51, n. 2, p.136-153, 2008.

PINO, Bruno Ayllón; LEITE, Iara Costa. La cooperación Sur-Sur de Brasil: Instrumento de política exterior y/o manifestación de solidaridad internacional? *Mural Internacional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.20-32, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Brasil avança no desenvolvimento humano e sobe uma posição no IDH*. 2012^A. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2583>> Acesso em: 28 ago 2014

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento*. 2015. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM8.aspx> > Acesso em: 02 fev 2015

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 50, n. 2, p.42-59, 2007.

SHUMPETER, Joseph A. *Teoria Geral do Desenvolvimento Econômico*. Ed. do Departamento de Economia da Harvard University (USA). 1934 reimpressão de 1978. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/176457/mod_resource/content/1/Os%20Economistas%20-%20Joseph%20Alois%20Schumpeter%20-

[%20Teoria%20Do%20Desenvolvimento%20Economico.pdf](#) > Acesso em: 14 ago 2014

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Maraes. Pesquisa Qualitativa em Administração. Rio de Janeiro: Fgv, 2004.